

REVISTA MARACANAN

Artigos

Possibilidades e limites de ascensão social através da guerra: a trajetória de “um soldado que por mais de 50 anos serviu com dedicação e lealdade à pátria e ao monarca” (Cruz Alta/RS, c. 1840-1867)

Possibilities and limits of social ascension through war: the trajectory of “a soldier who for more than 50 years served with dedication and loyalty to the homeland and the monarch” (Cruz Alta/RS, c. 1840-1867)

Ernesto Pereira Bastos Neto*

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Recebido em: 01 maio 2023


Aprovado em: 03 ago. 2023


Publicado em: 06 set. 2023.



Esta pesquisa recebeu financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através de bolsa integral de Mestrado.

* Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; graduado em História pela Universidade do Vale do Taquari. (ernesto.bastos@universo.univates.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-9801-3621>

 <http://lattes.cnpq.br/7917823617019599>

Resumo

Durante o século XIX, no extremo-sul do Império do Brasil, as guerras frequentes permitiram a atualização da tradição do Antigo Regime português de recompensar os súditos que prestassem bons serviços militares. O objetivo deste artigo é acompanhar as transformações desta prática ao longo das décadas intermediárias do século XIX. Optou-se pela análise da trajetória de um personagem, cuja vida foi marcada por atividades bélicas. Inspirado na micro-história italiana, o estudo toma um nome como bússola nos arquivos, compulsando-se uma variedade de documentos de origem diversa, a fim de reconstituir contextos em que o personagem estudado efetivamente se apresentou. O artigo analisa em detalhe indícios das estratégias que possibilitaram episódios de ascensão social do biografado, assim como limites possíveis destas estratégias, evidenciados por situações de ostracismo que experimentou. A trajetória que emerge, portanto, se afasta de pressupostos de linearidade, destacando-se a interdependência entre indivíduos nas redes de reciprocidade que estabeleciam e as negociações cotidianas que empreendiam diante de estruturas sociais que condicionavam, mas não determinavam, as suas ações e os sentidos que a elas atribuíam.

Palavras-chave: Guerra. Mobilidade Social. Reciprocidade Assimétrica. Rio Grande do Sul. Nova História Militar.

Abstract

During the nineteenth century, in the extreme south of the Empire of Brazil, frequent wars allowed for the updating of the Portuguese Ancient Regime tradition of rewarding subjects for good military service. The objective of this article is to follow the transformations of this practice throughout the middle decades of the nineteenth century. We have chosen to analyze the trajectory of a character whose life was marked by war activities. Inspired by Italian micro-history, the study takes a name as a compass in the archives, compiling a variety of documents of diverse origin in order to reconstitute contexts in which the studied character effectively presented himself. The article analyzes in detail evidence of the strategies that made possible episodes of social ascension of the biographies, as well as possible limits of these strategies, evidenced by situations of ostracism he experienced. The trajectory that emerges, therefore, departs from assumptions of linearity, highlighting the interdependence between individuals in the networks of reciprocity they established and the daily negotiations they undertook in the face of social structures that conditioned, but did not determine, their actions and the meanings they attributed to them.

Keywords: War. Social Mobility. Asymmetrical Reciprocity. Rio Grande do Sul. New Military History.

Introdução

Assim que as tensões políticas na província do Rio Grande do Sul foram se agravando, ao longo de 1835, parte da aristocracia do recém-criado município de Cruz Alta mobilizou-se na organização da Guarda Nacional.¹ O principal comandante militar destas reuniões foi o tenente-coronel Antonio de Mello e Albuquerque, que liderou o recrutamento e diversas operações no município durante os primeiros anos do conflito. Após muitas escaramuças travadas entre 1837 e 1839, nas quais as forças republicanas lograram consideráveis vitórias – inclusive na vila de Cruz Alta –, em dezembro de 1839 algumas centenas de cidadãos cruz-altenses reuniram-se novamente em torno do tenente-coronel Mello e Albuquerque e conseguiram debelar a presença Farroupilha no município. Ato contínuo, esses homens – cujo contingente parece ter variado entre 600 e 400 guardas nacionais – empreenderam uma longa marcha até a vila de Lages, em Santa Catarina, onde fizeram junção com a Divisão Paulista do Exército Imperial, comandada pelo general francês Pierre Labatut e que estava encarregada de guarnecer as fronteiras das províncias meridionais (*O Despertador Comercial e Político*, 5 fev. 1840, p. 1).

Ao longo do ano de 1840, os guardas nacionais de Cruz Alta envolveram-se em diversas confusões, gerando um desentendimento enorme nas fileiras da Divisão Paulista, opondo especialmente o então coronel Mello e Albuquerque e o general Labatut. Resultou disso o afastamento do coronel Albuquerque e a reorganização da Imperial Brigada Cruz-altense – como era chamado aquele corpo de cavalaria da Guarda Nacional –,² com a substituição dos oficiais insubordinados e a nomeação de um novo comandante, qual seja, o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo.³ Mello Brabo pertencia àquele corpo de cavalaria desde a primeira marcha, em fevereiro de 1837,⁴ e, muito provavelmente, fora promovido de capitão à major e então à tenente-coronel no decorrer dos primeiros anos de guerra civil (*Diário do Rio de Janeiro*, 1839).

Essa troca de comando, no entanto, não foi algo sem repercussão na configuração dos poderes locais no planalto sul-rio-grandense. O coronel Mello e Albuquerque era um dos mais destacados membros da aristocracia local, além de rebento de uma família de militares e de ser ele próprio comandante tarimbado, também era casado com a filha mais velha do tenente-

¹ Cruz Alta foi o primeiro município instalado na região do planalto sul-rio-grandense, onde a ocupação luso-brasileira mais tardou a se estabelecer no Rio Grande do Sul. Instalado em 1834, a formação do povoado iniciou a partir da incorporação formal da região dos Sete Povos das Missões Orientais ao território português. Até 1857, quando foi criado o município de Passo Fundo, Cruz Alta apresentava a maior extensão territorial entre os municípios da província de São Pedro do Rio Grande do Sul (Cf.: Zarth, 1997).

² LABATUT, Pierre. Ofício ao general João Paulo dos Santos Barreto, comandante-em-chefe do Exército em operação na Província de São Pedro. Quartel-general do comando da Divisão Paulista, no Ouro Fino. 27 dez. 1840. AHRs. Códice: CV-5359. Anais do AHRs, vol. 10, 1991, p. 26-27.

³ LABATUT, Pierre. Ofício encaminhado ao presidente da província Sr. Francisco Álvares Machado. Porto Alegre, 9 jan. 1841. AHRs. CV – 5624. Anais do AHRs. Vol. 10, 1991, p. 184-185.

⁴ Registro de um documento do capitão Manoel Antonio de Camargo, Rio Pardo, 1841. APERS. 2º Tabelionato de Rio Pardo. Registros Diversos. Livro n. 12 (1834-1843), f. 67-67v.

coronel Vidal José do Pillar, principal potentado da elite cruz-altense (Cf.: Araújo, 2008; Mugge, 2016). Já o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ao assumir, em janeiro de 1841, o comando do agora denominado 10º corpo de cavalaria de Cruz Alta, passava a chefiar a principal força da Guarda Nacional naquele município, o que significava que os membros da elite local que estivessem engajados na defesa da monarquia frente aos farroupilhas deveriam àquela força pertencer. A vida do emergente Mello Brabo no seu novo posto, entretanto, não foi fácil. Os anos que se seguiram foram marcados por sistemática disputa entre o novo comandante do corpo de cavalaria de Cruz Alta e o tenente-coronel Pillar, que fora nomeado comandante militar municipal.⁵

No presente artigo, analiso um recorte da biografia de Antonio Joze de Mello Brabo, particularmente o período entre esse momento em que ele assume uma posição de protagonismo durante a guerra civil Farroupilha (1835-1845), e a ocasião em que comandou a marcha de um corpo de Voluntários da Pátria do município de Passo Fundo até os campos de batalha, na Guerra contra o Paraguai (1864-1870). Tendo migrado para o Rio Grande do Sul no início do século XIX, já integrando, possivelmente, uma força militar, Mello Brabo esteve diretamente envolvido em muitas das atividades bélicas que ocorreram no extremo-sul do Brasil durante os Oitocentos. Com efeito, uma das hipóteses que busco defender neste estudo é que esse indivíduo passou a fazer das guerras sua principal fonte de capital social. Aliás, como diversos estudos têm mostrado, esse foi um fenômeno comum nos espaços gravemente deflagrados do Império Português que se manifestou de muitas formas no extremo-sul da América Lusa e do Brasil (Cf.: Farinatti, 2010a; Ribeiro, 2013).

Apesar de ser fenômeno conhecido, os estudos de trajetória e biografia desses *senhores da guerra* ainda são poucos, especialmente se nos ativermos às pesquisas produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação em História.⁶ Considerando as evidências de que esse indivíduo não apenas comandou corpos de cavalaria em distintos conflitos, mas participou ativamente dos esforços de recrutamento militar, busquei compreender como funcionavam esses processos sociais. Dialoguei, nesse sentido, com pesquisas sobre história social do Rio Grande do Sul, especialmente com estudos que se aproximam da chamada nova história militar. Com relação às fontes e à metodologia, me amparei em pressupostos da micro-história italiana, buscando nas conexões interindividuais efetivas indícios a respeito do funcionamento de instituições e estruturas sociais (Cf.: Ginzburg; Poni, 1989; Levi, 1996; Grendi, 2009). Circunscrevendo o escopo da investigação às evidências da presença de Antonio Joze de Mello Brabo, compulsei, cruzei e analisei um número significativo de documentos de origem diversa.

⁵ PILLAR, Vidal José. Ofício ao marechal Conde de Rio Pardo, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Fazenda do Bahú no município da vila de Cruz Alta. 2 ago. 1841. AHRs. CV-7305. *Anais do AHRs*. Vol. 16. EDIPUCRS, 2009, p. 225-226.

⁶ Para além dos estudos com os quais dialogo diretamente neste artigo, os trabalhos de Adriana B. de Souza são referências incontornáveis e inspiraram algumas das minhas escolhas teóricas e metodológicas. Ver, por exemplo, Souza (2008).

Deslocando a atenção, no entanto, do personagem em si para “a rede de relações e obrigações externas na qual ele se insere” (Levi, 1996, p. 179), o que emergiu desta investigação não foi a biografia de um grande latifundiário que arregimentava para a guerra os seus peões, tampouco um percurso linear de ascensão ou declínio social e econômico. A invés disso, salientam-se, entre os indícios que analisei, evidências de práticas sociais arraigadas em uma cultura de Antigo Regime que, por força de certas circunstâncias, ganharam renovado vigor no extremo-sul do Império ao longo do século XIX. Refiro-me, sobretudo, à “delegação de poderes aos indivíduos que representavam o Estado para, por exemplo, recrutar” (Ribeiro, 2011, p. 254), combinada à prática de recompensar os serviços militares com títulos de nobreza e patentes que, em alguma medida, atualizavam prerrogativas de mando local (Cf.: Farinatti, 2010a; Ribeiro, 2021). Tratava-se, contudo, de uma época durante a qual outras racionalidades já grassavam entre as elites políticas e administrativas do Império. A tensão entre essas diferentes racionalidades é outro dos aspectos centrais deste estudo.

O texto que se segue consiste, portanto, em uma discussão sobre as relações entre guerra e mobilidade social no Rio Grande do Sul oitocentista. Analiso, inicialmente, um movimento de ascensão social do personagem biografado, durante os primeiros anos da guerra civil Farroupilha e, em seguida, acompanho seu percurso, investigando as práticas sociais que viabilizaram essa ascensão, bem como a reprodução e os limites destas práticas ao longo das duas décadas seguintes.

Guerra e ascensão social: a gratidão do monarca pelos meritórios serviços prestados na província de São Pedro

À diferença de homens como Vidal e seu genro Mello e Albuquerque, cujas biografias são mais ou menos conhecidas – principalmente em função do lugar de destaque que ocuparam na elite cruz-altense (ver, por exemplo, Calavari, 2004) –, a trajetória de Antonio Joze de Mello Brabo permaneceu obscura até recentemente.⁷ A genealogia ascendente desse último, todavia, continua praticamente desconhecida. O padre que realizou seu casamento registrou que Mello Brabo nasceu na vila da Faxina, doravante Itapeva/SP,⁸ já a data do nascimento é um dado pouco preciso, o mais provável é que tenha ocorrido por volta de 1787.⁹

⁷ Para um estudo aprofundado da trajetória deste personagem, contemplando sobretudo uma análise da formação de lideranças militares no extremo-Sul do Brasil oitocentista, bem como do recrutamento baseado em relações de reciprocidade assimétrica, ver: Bastos Neto (2022).

⁸ Registro de casamento entre o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo e Anna Joaquina Soares. 9 jun. 1840. Vila do Príncipe (Balsa Nova/Lapa). AAC. Livro de casamentos n. 2, f. 179.

⁹ Apesar de existirem referências desencontradas, ao comparecer diante do juiz em 2 de setembro de 1855, o tenente-coronel Mello Brabo afirmou ter “[...] idade de sessenta e oito anos, estancieiro, morador no termo desta vila [Cruz Alta], natural da Província de São Paulo”. Cf.: Libelo em que é autor Antonio Rodrigues Chaves Filho. 1855. APERS. Cível e Crime, Cruz Alta. N. 699, p. 24-25v.

Itapeva da Faxina estava localizada ao norte de Curitiba e foi uma das 15 povoações criadas durante a administração de D. Luís A. de S. Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, como capitão-governador de São Paulo (1765-1775). Essas vilas foram instaladas a fim de garantir a presença portuguesa em regiões consideradas estratégicas do chamado sertão meridional, principalmente em razão das tensões militares no extremo-sul da América Lusa (Bacellar, 2017). Entre outras características dessas povoações, a bibliografia destaca o caráter militar a elas imposto pela administração. A militarização da capitania de São Paulo, segundo Silva *et al* (2009), abrandou após o Período Pombalino, mas a necessidade de contingentes militares no extremo-sul não cessou. Além do mais, para determinados indivíduos, as guerras também representavam a possibilidade de ascensão social (Farinatti, 2010b). É bem provável que Antonio Joze de Mello Brabo fizesse parte de algum dos contingentes que marcharam dali para o sul da fronteira.

Indícios diversos indicam que esse sujeito lutou na Guerra da Cisplatina (1825-1828).¹⁰ Mas informações mais concretas sobre ele somente emergem na documentação que consultei a partir de 1840. Nesse ano, durante a estada da cavalaria cruz-altense ao norte do rio Pelotas, Mello Brabo não apenas tornou-se tenente-coronel comandante do 10º Corpo, como também contraiu núpcias com Anna Joaquina, moradora de Santo Antonio da Lapa.¹¹ Quatro anos mais tarde, todavia, Anna Joaquina de Mello falecera.¹² A abertura do seu inventário, em 1846, permite uma apreciação da situação patrimonial do casal naquele instante.¹³ Os bens e as dívidas a receber foram avaliados na importância de 6:956\$720 (seis contos e novecentos e cinquenta e seis mil setecentos e vinte réis), já as dívidas a pagar totalizavam 8:070\$404, ou seja, o casal devia pouco mais que um conto de réis além do valor total dos seus bens. Um olhar mais atento, no entanto, sugere uma situação menos desesperadora. Entre as dívidas passivas, 3 contos diziam respeito a um empréstimo contraído junto ao imigrante alemão Frederico Hellmann que, por sua vez, era vizinho e amigo de Mello Brabo. Uma escritura revela que esse empréstimo fora tomado em novembro de 1844, com vistas a formalizar a aquisição da *Sesmaria do Depósito*. Tratava-se da fazenda onde o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo residia, situada no distrito cruz-altense de Cima da Serra de Botucaraí. Essa propriedade foi o único bem de raiz listado no inventário, avaliada pela quantia exata de 3:000\$000.¹⁴

¹⁰ Hemetério J. V. da Silveira (1979, p. 309) afirmou que Antonio J. de M. Brabo era "veterano da Conquista das Missões e todas as guerras subsequentes". O próprio Mello Brabo, por sua vez, declarou, em 1841, ter sido condecorado com medalha pela guerra feita contra Buenos Aires. Cf.: Registro de um documento do capitão Manoel Antonio de Camargo, Rio Pardo, 1841. APERS. 2º Tabelionato de Rio Pardo. Registros Diversos. Livro n. 12 (1834-1843).

¹¹ Registro de casamento entre o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo e Anna Joaquina Soares. 9 jun. 1840.

¹² Registro de óbito de Anna Joaquina de Mello. 22 nov. 1844. ACMPOA. Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre. Livro de óbito de pessoas livres (1844-1859), f. 4.

¹³ Inventário *post-mortem* de Anna Joaquina de Mello. APERS. Comarca de Missões. Cruz Alta, N. 26, 1846.

¹⁴ Escritura pública de venda de uma sesmaria que faz D. Úrsula Correia da Camara ao Ten. Cel. Antonio Joze de Mello Brabo, Rio Pardo, 1844. APERS. Tabelionato de Rio Pardo. 1º Tabelionato. Transmissão/Notas. Livro 8 (1832-1845), f. 175-182v.

O número de escravizados do inventário era baixo para os padrões da elite cruz-altense. Foram arroladas duas cativas mulheres e dois homens, todos adultos. Segundo Thiago L. de Araújo (2008), no período entre 1834 e 1880, os senhores com menos cativos naquele município possuíam até 4 escravizados. Algo que não consegui verificar foi o quanto a sesmaria Do Depósito pode ter sido prejudicada durante a guerra civil. Há notícias de que fazendas vizinhas foram saqueadas pelo exército farroupilha. Apesar disso, a impressão que tenho é que a situação patrimonial de Anna Joaquina e Mello Brabo melhorou durante a guerra, especialmente tendo em vista que a aquisição do único – e expressivo – bem de raiz do casal ocorreu justamente nesse contexto. Mais do que isso, penso que a guerra civil foi o auge – e o começo do declínio – da ascensão social de Antonio Joze de Mello Brabo.

Em 1841, o tenente-coronel Mello Brabo fora agraciado com diplomas de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro (*Jornal do Commercio*, 11 set. 1841, p. 1) e Oficial da Ordem da Rosa, “em remuneração aos meritórios serviços prestados na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul”.¹⁵ No mesmo ano e pelo mesmo motivo, o personagem que estamos estudando também foi feito tenente-coronel honorário do Exército (*Idem*).¹⁶ Em um contexto no qual os títulos de nobreza ainda eram muito raros entre os sul-rio-grandenses, o ingresso nessas ordens honoríficas certamente representava uma distinção importante (Cf.: Vargas, 2010; Mugge, 2016). Indicativo disso é que entre os demais agraciados com o grau de oficial da Ordem da Rosa, pelo mesmo decreto que Mello Brabo, encontram-se sujeitos como Francisco Pedro de Abreu (futuro Barão do Jacuí), João Propício Menna Barreto (futuro 2º Barão de São Gabriel), Aníbal Antunes Maciel (futuro Barão dos Três Serros), José Joaquim Andrade Neves (futuro Barão do Triunfo) e o próprio Vidal José do Pillar que, falecido em 1847, não recebeu outro título.

Os limites da ascensão

Os primeiros anos da guerra civil Farroupilha foram muito delicados para o Império, pois a deflagração de diversas outras rebeliões provinciais dificultava a ação coordenada das forças de defesa, especialmente pelo estado de desorganização em que se encontrava o Exército em meados da década de 1830 (Cf.: Ribeiro, 2013). À Guarda Nacional, portanto, caberia papel central na luta contra as insurgências. Todavia, como têm mostrado os estudos sobre essa instituição na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, sua organização não foi simples, muito menos foi tarefa fácil fazer marcharem os cidadãos para a guerra (Ribeiro, 2005; 2013; Ribeiro; Farinatti, 2013; Mugge, 2016). Essa conjuntura viabilizou a ascensão de comandantes militares na Guarda Nacional que operavam através de práticas de recrutamento e mobilização

¹⁵ Decreto agraciando com o grau de hábito a Antonio Joze de Mello Brabo entre outros. ANRJ. Fundo: Ordens Honoríficas. BR RJANRIO 69. CAI.ORO.7890049. Rio de Janeiro, 2 dez. 1841.

¹⁶ As patentes honorárias permitiam o recebimento de soldo mensal e a inserção dos filhos na carreira militar como cadetes.

militar calcadas em um universo de referências próprio do Antigo Regime (Cf.: Farinatti, 2010; Oliveira, 2016; Ribeiro, 2021). Tal qual ocorrera em tempos anteriores, nos primeiros anos da guerra civil Farroupilha

os sujeitos que se dispunham a servir à nação no desempenho daquelas funções [de comando militar] alcançavam importante posição política não apenas no âmbito local, como também no papel de mediação da vida da região com o Império [...]. As relações de reciprocidade estabelecidas por esses sujeitos possibilitavam que conseguissem homens e recursos para o serviço. Porém, quando possível, deviam praticar a retribuição, na forma de isenções e promoções (Farinatti *apud* Ribeiro; Farinatti, 2013, p. 100).

Como demonstram os estudos supracitados, a formação dessas milícias não se reduzia a relações automáticas entre estancieiros-comandantes e peões-soldados. Por um lado, esses sujeitos arregimentavam filhos, familiares e amigos próximos na luta, e, para recrutar homens livres, precisavam negociar suas lealdades através de contrapartidas efetivas e potenciais. Por outro lado, eram esses comandantes que recomendavam as promoções para oficiais na Guarda, eles também influíam diante de alguma solicitação de dispensa, podiam rogar perdão em nome de um desertor ou, ao invés disso, levar ao conhecimento da principal autoridade militar na província os nomes de desertores contumazes.

A iniciativa pessoal e o investimento que esses comandantes faziam em nome da Monarquia haviam sido recompensados outrora e na Farroupilha não foi diferente. Ribeiro (2021) argumenta que as promoções militares, as distinções honoríficas e, principalmente, os títulos de nobreza concedidos aos comandantes da Guarda que se destacaram na defesa do Império durante a guerra civil atualizavam a tradição do Antigo Regime Português de nobilitar súditos como recompensa aos serviços prestados, sobretudo serviços militares. Apesar disso, esse reconhecimento não garantiu estabilidade às posições alcançadas. Aos 14 dias de abril de 1842, o tenente-coronel Mello Brabo recebeu ordens do conde do Rio Pardo, então comandante de divisão do Exército, para entregar 95 praças do 10º corpo ao tenente-coronel Padilha, a fim de formar outra força em Cruz Alta.¹⁷ Padilha era aliado pessoal de Vidal José do Pillar. Tratava-se, portanto, de nova reconfiguração das relações de força na elite cruz-altense. Meses após essa ordem, o tenente-coronel Mello Brabo recebeu outra, desta vez para fazer junção com o seu Corpo aos homens do tenente-coronel Padilha, ao que protestou veementemente:

Daqui em boa hermenêutica não posso concluir outra coisa senão que V. Ex.^a quer que este 10º corpo com todas as praças que o mesmo compõe esteja às ordens do mesmo Esquadrão de Cruz Alta [corpo de cavalaria comandado por Padilha] [...]. O descontentamento geral das praças cresce de momento em momento, e temo que grande número desertará se com efeito V. Ex.^a determina que se execute as ordens que em 14 do corrente me dirigiu, e se é a resolução de V. Ex.^a extinguir este 10º corpo, então queira dignar-se de me esclarecer de uma vez, pois assevero que estou pronto para seguir aonde V. Ex.^a me determinar, menos sujeitar-me às ordens e disposições do Sr. Tenente-coronel comandante militar

¹⁷ MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao brigadeiro José Maria da Silva Bittencourt, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Acampamento no Depósito de Botucaraí, 24 ago. 1842c. AHRs. CV-2744. Anais do AHRs. Vol. 4, 1980, p. 460

[Vidal], pois há muito que só trabalha para desconceituar-me [*sic*] com o público e meus superiores.¹⁸

Como estavam habituados a fazer esses comandantes milicianos, Mello Brabo usou o risco sempre iminente de deserção para barganhar com o seu superior. Nesse caso a estratégia parece ter surtido efeito – embora por pouco tempo – pois, até o final de 1842, Mello Brabo ainda comandou aquele corpo de cavalaria, depois disso já não mais o localizei à frente desse regimento. Todavia, com o enfraquecimento do 10º corpo, a margem de autonomia do seu comandante deve ter sido consideravelmente minorada. Ainda ruminando a perda daqueles 95 homens, Mello Brabo havia escrito ao coronel João da Silva Tavares, em 18 de julho de 1842. Em meio a lamentos sobre os limites de sua possibilidade de ação com o um corpo de cavalaria muito reduzido, Mello Brabo afirmava:

Este 10º Corpo tem sofrido um não pequeno desfalque pela organização do Esquadrão de Cavalaria de Cruz Alta ao mando do tenente-coronel Padilha, pois entreguei ao mesmo Senhor tenente-coronel, por ordem expressa do Exmo. Sr. General Conde de Rio Pardo, 95 praças, acontecimento este que causou bastante desmoralização e deserção por haverem muitas praças que não queriam servir no dito Esquadrão, e não posso deixar de contemplar esta Ordem do mesmo Exmo. Sr. General em Chefe um tanto injusta, cada vez que eu me lembro, de haver-me custado a reunião das mesmas praças não poucos trabalhos e sacrifícios pessoais, e pecuniários. (Grifos nossos).¹⁹

Através dessa referência aos sacrifícios pessoais e pecuniários é possível entrever justamente o investimento que esses homens faziam e a expectativa de retorno que vislumbravam. É difícil precisar quais sacrifícios foram esses, mas, à guisa de hipótese, faço notar que, em 1841, faleceu em Porto Alegre uma filha natural do tenente-coronel Mello Brabo²⁰ e, três anos mais tarde, foi a óbito a sua esposa, também na capital da Província.²¹ Além dessas perdas durante o conflito – ainda que não se saiba se em decorrência dele –, Mello Brabo teve pelo menos um braço quebrado durante a batalha de Curitiba, em janeiro de 1840,²² e, em junho de 1842, pediu licença para tratar sua "saúde arruinada".²³ A respeito dos sacrifícios pecuniários que esses comandantes faziam, tratarei a seguir.

¹⁸ MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao brigadeiro José Maria da Silva Bittencourt..., p. 2.

¹⁹ MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao coronel João da Silva Tavares, comandante interino da 1ª e 2ª Divisões do Exército em operação na província de São Pedro. 18 jul. 1842b. AHRs. CV-10.217. Anais do AHRs. Vol. 24, São Leopoldo: Oikos, 2020, p. 2.

²⁰ Registro de óbito de Joaquina de Mello. 24 out. 1841. ACMPOA. Freguesia de Nossa Senhor Madre de Deus (Porto Alegre). Livro IV de Óbitos (1821-1858). f.14v.

²¹ Registro de óbito de Anna Joaquina de Mello. 22 nov. 1844.

²² RIBEIRO, Bento Manoel. Correspondência encaminhada a Domingos José de Almeida. Cruz Alta, 26 jan. 1840. AHRs. CV-7757. Anais do AHRs. Vol. 18, EDIPUCRS, 2009.

²³ MELLO BRABO, Antonio Joze. Ofício ao brigadeiro Antônio Correia Seara, comandante das forças em operação. Acampamento no Depósito, 25 jun. 1842a. AHRs. CV – 2741. Anais do AHRs. Vol. 4, 1980, p. 1.

Cabedal militar: um capital social que se (re)produz na guerra

A experiência de diversas guerras e, particularmente, os anos como comandante do 10º corpo de cavalaria da Guarda Nacional, permitiram a Antonio Joze de Mello Brabo acumular aquilo que Luís A. Farinatti (2010a) chamou de "cabedal militar", isto é, uma sorte de capital social formado por recursos materiais, culturais, simbólicos e relacionais granjeados durante as campanhas. Evidentemente que a envergadura dos cabedais militares variou de indivíduo para indivíduo e também ao longo dos anos, ainda assim, pelo menos até a Guerra contra o Paraguai (1864-1870), tratava-se de recursos valiosos no extremo-sul do Brasil.

A capacidade de negociar para baixo com os subalternos e para os lados, com aliados, tornava os potentados locais importantes para o Império, e dotava-os de mais recursos para negociar para cima. De sua parte, no fluxo inverso, mas dentro do mesmo processo, a capacidade de negociar com o Império podia viabilizar o atendimento de demandas dos subalternos e aliados, reforçando os pactos firmados com estes. Essas relações influenciavam nas possibilidades de conseguir soldados, cavalos e armamentos (Farinatti, 2010b, p. 89).²⁴

Mesmo após aquele fatídico 1842, Mello Brabo parece ter feito o possível para continuar em destacamento. De volta ao serviço depois de terminada a licença, em março de 1843 Mello Brabo fazia parte da Brigada do Exército Imperial comandada pelo coronel Jerônimo Jacinto Pereira,²⁵ e, um ano depois, seguia acudindo em diligências,²⁶ embora já não seja possível discernir exatamente qual posto ocupava nas forças imperiais. Tampouco a pacificação da província significou deposição de armas para o tenente-coronel Mello Brabo. Em agosto de 1846, quando foi aberto o inventário de sua falecida esposa, o tal tenente-coronel passou uma procuração para que fosse feito o juramento de inventariante em seu nome, visto "andar ainda a serviço da Nação".²⁷ Provavelmente estivesse atuando na guarnição das fronteiras, preocupação que fazia com que os presidentes da província não licenciassem completamente a Guarda Nacional.²⁸

²⁴ Nos termos propostos por Farinatti (2010b) e que consideramos adequados para a compreensão do caso em tela, a noção de *cabedal militar* é indissociável de um conjunto de traços de *Antigo Regime* que, argumentamos, faziam parte da cultura política – sobretudo para a população rural, mas não apenas – da sociedade emergente no extremo-sul do Brasil oitocentista. Entre esses traços, destaca-se aquilo que Xavier e Hespanha (1993) chamaram de *economia moral do dom*, isto é, a centralidade que as relações de reciprocidade (simétrica e assimétrica) assumiam na organização daquela sociedade como um todo, manifestando-se efetiva e virtualmente, não apenas nas interações locais, mas também nas relações das elites locais com o Monarca.

²⁵ NETTO, Antonio. Ofício ao gal. João Antônio da Silveira, Chefe do Estado Maior. Quartel general no Salso, 3 mar. 1843. AHRs. Anais do AHRs. CV-6320, vol. 13, 2004, p. 101.

²⁶ ROCHA, Francisco Jozé. Ofício ao major Bernardo Pires, 21 mar. 1844. AHRs. CV-7897. Anais do AHRs, vol. 18, EDIPUCRS, 2009, p. 153.

²⁷ Inventário *post-mortem* de Anna Joaquina de Mello, 1846.

²⁸ BNDB. GALVÃO, Manoel Antonio. Relatório do Senador Conselheiro Presidente da Província. 5 out. 1847. Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) - 1830 a 1889 (doravante RPPRS), p. 7.

Em 1851, o Imperador determinou ações do Exército Imperial contra as tropas de Oribe e Rosas (Cf.: Ribeiro, 2021). Nessa conjuntura, o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo participou novamente dos movimentos de guerra, recebendo ordens do próprio barão de Caxias para adquirir cavalos e mantimentos para o município dos homens que reunisse.²⁹ Pelas correspondências que Mello Brabo trocou com os presidentes da província entre os anos de 1851 e 1854, é possível perceber indícios claros de que esses esforços de recrutamento continuavam reforçando o cabedal militar dos comandantes. Em dezembro de 1851, o tenente-coronel Mello Brabo encaminhou ao presidente da província mais uma relação das quantidades, valores e nomes dos comerciantes de quem houvera adquirido cavalos, fardamento e víveres para o provimento dos seus recrutas.³⁰ Nos anos seguintes, esse oficial enfrentou dificuldades para obter o ressarcimento dessas despesas, mas nem por isso deixou de continuar fazendo-as. Em atenção a um dos questionamentos apresentados pela tesouraria da província, Mello Brabo menciona que, nos recrutamentos de 1851 e 1852, reuniu 344 homens.³¹ Após essas mobilizações, o tenente-coronel Mello Brabo continuou atuando com destacamentos militares encarregados do policiamento das localidades, especialmente da captura de desertores.³²

Em todas essas ocasiões, marcadas pela possibilidade de reunir gente e comandar tropas, é possível perceber o funcionamento daquela configuração social caracterizada por mediações e reciprocidades assimétricas. Essas práticas, apesar de malvistas pela administração, continuavam sendo toleradas por força das exigências conjunturais. O presidente Luiz A. L. de Oliveira Bello, por exemplo, parece ter tentado constranger o tenente-coronel Mello Brabo a ser mais transparente quanto às despesas que fazia, ao que ouviu como resposta o seguinte:

Acuso o recebimento do ofício de V. Ex. com data de 26 do corrente, pelo qual me ordena mandar [reunir novamente] todos os oficiais e praças que comandeí [...] para se fazerem pagar as praças, o que penso ser muito penoso por que a maior parte dessas praças existem em lugares bem distantes de onde foi a reunião e outros que não tem residência fixa, por serem homens que só vivem de seu trabalho, pela sua grande pobreza. E, essa gente que reuni para conseguir a ordem que tenho foi preciso abonar a todos com dinheiro e fardamentos comprados em minhas custas, para serem descontados nos soldos que tenho a receber. E, como tivesse ordenado V. Ex. dissolvesse essa reunião como cumpri, assim é que fiquei obrigado, recebendo eles os soldos, fazer eu os descontos que com eles despendi, e o restante entrego aos praças a quem pertencia.³³

²⁹ MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao vice-presidente da província. Porto Alegre, 20 mai. 1852. AHRs. FAM II, M. 159.

³⁰ MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao vice-presidente da província. Capela de Soledade, 20 dez. 1851. AHRs. Fundo: Autoridades Militares II (FAM II), M. 159.

³¹ MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao Exmo. Sr. Dr. Luís A. Leite de Oliveira Bello. Porto Alegre, 21 mai. 1853. AHRs. FAM II, M. 164.

³² MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao presidente da província. Soledade, 30 abr. 1853. AHRs. FAM II, M. 164.

³³ MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao presidente da província. Porto Alegre, 29 mai. 1853. AHRs. FAM II, M. 164, p. 1. ao vice-presidente da província. Capela de Soledade, 20 dez. 1851. AHRs. FAM II, M. 159.

³³ MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao presidente da província. Porto Alegre, 29 mai. 1853. AHRs. FAM II, M. 164, p. 1.

As relações pessoais, no entanto, não estavam apenas na base do recrutamento em si, ou seja, na dependência que produziam entre o comandante e os comandados. Também eram vínculos pessoais que muitas vezes estavam por trás do fornecimento desses mantimentos, como se percebe analisando a relação entre Antonio Joze de Mello Brabo e pelo menos um dos comerciantes de quem declarou ter adquirido os socorros necessários para remediar o “estado de pobreza [...] e nudez” das praças que eventualmente arregimentou.³⁴ Em uma daquelas listas de criadores a quem adquiriu cavalos para a reunião de 1851, o tenente-coronel Mello Brabo cita alguns nomes.

Dei parte no citado meu ofício de haver eu comprado por conta da Nação 200 e tantos cavalos dos quais havia passado documento em 14 do mesmo mês de 52 cavalos a José Marques Italiano com 520\$000; e agora tomo licença de acrescentar que em 20 do mesmo passei documento a Francisco Falkembach de 70 cavalos com a quantia de 840\$000; em 21 do mesmo a Frederico Hellmann de 108 cavalos com a quantia de 1:296\$000; e na mesma data ao mesmo F. Hellmann de víveres e vestiários que forneceu a 286 praças sob o meu comando com a quantia de 1:292\$700.³⁵

Apesar de que com a família Falckembach Mello Brabo também mantinha relações pregressas, tratarei aqui de sua relação com Frederico Hellmann, notadamente o principal fornecedor dessa última leva de mantimentos. Imigrante alemão natural de Hamburgo, Hellmann adquiriu terras e estabeleceu criação de animais na região de Cima da Serra de Botucaraí, onde possuía um comércio de secos e molhados³⁶ e também aparece no tabelionato local comprando e vendendo escravizados.³⁷ Importante recordar que quando o tenente-coronel Mello Brabo formalizou a aquisição da Sesmaria do Depósito, em um cartório de Rio Pardo, a transação foi feita por um procurador seu, o tenente Antonio José Coelho Leal, mas o valor da compra foi entregue aos vendedores por Frederico Hellmann, na importância de dois contos de réis à vista, ficando o próprio Hellmann fiador de mais um conto a ser pago doravante.³⁸ A colaboração entre Hellmann e Mello Brabo, entretanto, não se limitava ao domínio econômico. Quase dez anos depois, o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo ingressou com uma ação de cobrança contra a casa do finado Bernardo José de Araújo, nas pessoas de sua viúva e filhas. Entre as testemunhas arroladas pelo demandante lá estava Frederico Hellmann, que declarou saber

que o finado Bernardo José de Araújo desde o ano de 1842 viveu protegido [pelo autor] a pontos de por vezes o autor lhe dar abonos de negócios, emprestar-lhe

³⁴ MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao presidente da província. Quartel na Fazenda do Depósito, 15 out. 1853. AHRs. FAM II, M. 164, p. 2.

³⁵ MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao vice-presidente da província. Capela de Soledade, 20 dez. 1851. AHRs. FAM II, M. 159, p. 1-2.

³⁶ Libelo em que é autor o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo, 1854. APERS. Cível e Crime de Cruz Alta. N. 703.

³⁷ Ver, por exemplo: APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. 5º Distrito. Livro S/N (1857-1873), f. 136-137v.

³⁸ ESCRITURA pública de venda de uma sesmaria que faz D. Úrsula Correia da Camara ao Ten. Cel. Antonio Joze de Mello Brabo.

dinheiros, bem como cem patações que foram entregues por mão dele testemunha, mais oitenta éguas [...] que emprestou-lhe o autor para que [o réu] pagasse uma dívida que tinha com ele testemunha [...]. Da mesma sorte sabe que por mais de quatro anos o autor forneceu-lhe gados e meios para subsistência de sua família, concedendo-lhe uma morada em sua própria fazenda, onde viveu por muitos anos.³⁹

Não pude avançar no sentido de verificar se essa “relação diádica”⁴⁰ estava inscrita em uma rede⁴¹ mais ampla, que funcionasse no sentido de produzir, mais do que vantagens individuais, ganhos para um coletivo, mas é bem possível que estivesse. Dito de outro modo, como se pôde perceber, a colaboração entre Mello Brabo e Hellmann dava-se em diferentes domínios da sociedade e provavelmente não se restringisse a esses que conseguimos identificar. É plausível, portanto, que esses indivíduos pretendessem intervir nas ralações locais de poder de modo geral, o que implicaria em atrair outros atores sociais para esse círculo de reciprocidades e compromissos não necessariamente simétricos.

Frederico Hellmann era um imigrante com certo destaque na sociedade local, distanciando-se do perfil camponês mais comumente associado a esse grupo. Possivelmente sua posição social contribuiu para que ele pudesse exercer algum tipo de mediação entre os imigrantes recém-chegados naquela região. Antonio Joze de Mello Brabo, por sua vez, gozava de um capital relacional considerável, conhecia pessoalmente a maior parte da elite militar sul-rio-grandense, boa parte da elite política e muitos soldados – de carreira ou cidadãos milicianos. Por outro lado, há indícios de que mantivesse alianças com parentelas indígenas da região onde vivia, além de nutrir diversos vínculos de reciprocidade assimétrica com pessoas como Bernardo José de Araújo (Cf.: Bastos Neto, 2022). Nem todas essas relações foram parar na justiça, é plausível que muitas delas se revertissem em contraprestações, reiterando-se no tempo. Aí estão alguns “nós” em potencial desta rede que possivelmente Mello Brabo e Hellmann integravam.

A Guarda Nacional entre oficiais “bonitos e bem-falantes” e “rudes, mas leais e experimentados soldados”

A política conciliatória entre a Corte e a elite militar sul-rio-grandense, que pôs termo à Farrroupilha e a ela se seguiu, deu também novos contornos à Guarda Nacional, instituição “surgida de um projeto liberal e reformada durante os quarenta anos de sua existência para adaptar-se às necessidades conservadoras de centralização” (Mugge, 2016, p. 295). Embora no Rio Grande do Sul os oficiais já estivessem sendo nomeados e demitidos pelo poder executivo

³⁹ Libelo em que é autor o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo. 1854

⁴⁰ Leia-se um laço pessoal direto caracterizado por “ajuda mútua em caso de necessidade, troca de favores e lealdade pessoal” (Landé *apud* Vargas, 2010, p. 35).

⁴¹ Isto é, “um conjunto de relações pessoais que podem envolver amigos, parentes ou indivíduos em condições desiguais” (Vargas, 2010, p. 35).

da província desde novembro de 1837 – dado o caráter urgente daquela conjuntura (Cf.: Ribeiro, 2005) –, uma Lei de 19 de setembro de 1850 confirmava essa configuração centralizadora. Essa lei estabeleceu que Guarda seria organizada em jurisdições territoriais, não-coextensivas aos municípios, chamadas Comando Superior, cada um chefiado por um coronel, cuja nomeação cabia ao presidente da província, mas passava pela necessária aprovação do ministro da Justiça.⁴² Como demonstra, no entanto, a pesquisa de Mugge (2016), nem essa e outras medidas centralizadoras surtiram efeito imediato, tampouco significaram total engessamento das configurações locais de poder às determinações da Corte e dos presidentes da província. Segundo o autor, pelo menos até 1857, a milícia, no Rio Grande do Sul “ainda sofria com a desorganização, com os chamados às batalhas e com a provisoriedade” (*Ibidem*, p. 53).

De acordo com o *Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul* apresentado no ano de 1856, o Comando Superior de Cruz Alta era formado por dois corpos de cavalaria e apresentava o segundo maior contingente de cidadãos qualificados entre todos os 10 então existentes na Província, com uma força total de 4.249 homens, superado apenas pelo comando superior de Porto Alegre, que incluía vários municípios.⁴³ Para o comando superior de Cruz Alta foi nomeado o coronel Antonio de Mello e Albuquerque, que nele permaneceu até a sua morte em 1868, na Guerra contra o Paraguai. Isso revela, entre outras coisas, que aquele grupo familiar – antes liderado por Vidal José do Pillar, falecido em 1847 – continuava muito influente no planalto. Como é possível depreender da análise de Mugge (2016) sobre os comandantes superiores da Guarda Nacional no Rio Grande do Sul, o papel social por eles desempenhado era de verdadeiros *mediadores*, no sentido atribuído a esse conceito pela tradição antropológica anglo-saxã.⁴⁴ Se por um lado eles representavam a força de uma instituição com pretensões de centralização, por outro, eram nomeados indivíduos que gozassem de prestígio e ascendência nas localidades, o que obrigava esses comandantes a administrarem esse par de interesses muitas vezes dissonantes.

No conselho de qualificação realizado em 1860, o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo foi listado na paróquia de Soledade, onde residia, pertencente ao município de Passo Fundo e, até então, ao comando superior de Cruz Alta⁴⁵. Do ponto de vista da experiência militar, é provável que, depois do coronel Albuquerque, o tenente-coronel Mello Brabo fosse o militar mais galardoado entre todos aqueles mais de quatro mil homens qualificados no comando superior de Cruz Alta⁴⁶.

⁴² O mesmo procedimento valia para a nomeação de tenentes-coronéis, majores e capitães.

⁴³ COELHO, Jeronymo Francisco. Relatório do Presidente da Província. 15 dez. 1856. BNDB. RPPRS.

⁴⁴ Ver, sobre o conceito de mediação, Vargas (2010).

⁴⁵ AHRs. Fundo: Guarda Nacional (doravante FGN). Maço 86. Soledade (serviço ativo, 1860).

⁴⁶ Nas paróquias de Cruz Alta, Passo Fundo e Soledade foram qualificados apenas três tenentes-coronéis, a saber Diniz Dias, Thomaz Bandeira e Manoel Francisco de Oliveira, muito mais jovens do que Mello Brabo e cujos nomes não aparecem na documentação relativa à guerra civil Farroupilha, por exemplo. AHRs. FGN, M. 70. Cruz Alta (1860); AHRs. FGN, M. 75. Passo Fundo (serviço ativo, 1860).

Em dezembro de 1860 – logo após a realização do conselho, portanto –, foi criado o comando superior da Guarda Nacional de Passo Fundo, formado pelos moradores das freguesias de Passo Fundo e Soledade (Mugge, 2016). O comando superior foi entregue, todavia, ao recém-promovido coronel Antonio de Mascarenhas Camello Júnior.⁴⁷ Além dele, foram promovidos para tenentes-coronéis Irenio José Topásio e João de Freitas Noronha que, ato contínuo, assumiram o comando dos dois corpos de cavalaria formados no novel comando superior.⁴⁸

Nascido em 1820, em Sorocaba/SP, Camello Júnior participou do levante de 1842, conhecido como Revolução Liberal e, em 1846, foi nomeado capitão do Esquadrão de Cavalaria da Guarda Nacional de Sorocaba (Cf.: Rodrigues, 2007). Migrando para o planalto sul-rio-grandense, Camello Júnior teve participação ativa na emancipação de Passo Fundo, em 1857, elegendo-se também vereador já no primeiro pleito (*Idem*). Esse coronel também foi a principal liderança do Partido Liberal em Passo Fundo, até voltar a residir em sua terra natal, após a Guerra contra o Paraguai (Xavier; Oliveira *apud* Miglioranza, 2008). Não tive condições de avançar em uma averiguação detalhada da trajetória desse sujeito, mas, por essas características, é muito provável que fosse aliado de Antonio Gomes Pinheiro Machado, bacharel em direito que também nasceu em Sorocaba e participou da Revolução de 1842, tornando-se, mais tarde, o líder do Partido Liberal em Cruz Alta (Mugge, 2016). O Dr. Pinheiro Machado – como era chamado – assumiu, em 1846, o cargo de Juiz de Direito da comarca de Cruz Alta. Sua chegada no município “alterou lentamente o equilíbrio dos poderes de Cruz Alta” (Mugge, 2016, p. 236), representando uma oposição crescente às famílias da aristocracia local. Fato é que o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo acabou ficando sem espaço nesse arranjo.

Ao contrário do que que faziam a maioria – senão de todos – os sujeitos que ocuparam comandos superiores da Guarda Nacional na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (Cf.: Mugge, 2016), não localizei nenhum indício de que o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo tenha ocupado algum cargo na burocracia ou na política local, muito menos provincial. Além disso, se por um lado Mello Brabo era desafeto pessoal do falecido sogro do comandante superior de Cruz Alta, por outro, não parece ter conseguido costurar uma aliança com Pinheiro Machado, algo que teria sido importante na disputa pelo poder local no planalto.⁴⁹ Isso somado ao fato de que Mello Brabo não fazia parte de uma rede familiar das mais proeminentes na província, constituem fatores que certamente contribuíram para que esse sujeito tenha sido preterido no arranjo da Guarda Nacional no planalto sul-rio-grandense, apesar do seu nada desprezível cabedal militar.

⁴⁷ CAMELLO JÚNIOR, Antonio de Mascarenhas. Ofício ao presidente da província. Passo Fundo, 15 dez. 1860. AHRs. Fundo: Guarda Nacional (FGN), M. 15.

⁴⁸ CAMELLO JÚNIOR, Antonio de Mascarenhas. Ofício ao presidente da província. Passo Fundo, 24 dez. 1860. AHRs. FGN, M. 15.

⁴⁹ Estes sujeitos se conheciam pessoalmente. Mello Brabo chegou a passar uma procuração para Pinheiro Machado representa-lo na ação contra Bernardo José de Araújo, mas, em 1858, durante uma sessão da Assembleia Provincial, Pinheiro Machado acusou publicamente o tenente-coronel Mello Brabo de recorrer a expedientes ilegais para capturar desertores na paróquia de Soledade (*Correio do Sul*, 25 dez. 1858).

A Guerra contra o Paraguai (1864-1870), entretanto, trouxe novo fôlego à carreira daquele veterano comandante. Como revela a correspondência ativa do comando superior de Passo Fundo, desde o início de 1865 pelo menos – não existem as correspondências de 1864 – a presidência da província requeria o envio de guardas nacionais para o *teatro da guerra*, o que foi sendo cumprido na medida das possibilidades daquele grupo que ocupava o comando superior. É importante frisar que, mesmo naquele contexto, não era possível fazer marchar cidadãos para a guerra apenas através da coerção. Para além do afã patriótico dos primeiros meses de guerra e de práticas coercitivas, no Rio Grande do Sul foram as redes de reciprocidade assimétrica dos comandantes superiores e dos comandantes de corpos e companhias da Guarda Nacional que mais pesaram para o envio de homens para o *front* (Cf.: Izecksohn; Mugge, 2016).

O tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo, por sua vez, sem lugar de protagonismo na Guarda, encaminhou um ofício diretamente ao presidente da província, em fevereiro de 1865, oferecendo-se para organizar um corpo de voluntários da pátria.⁵⁰ No preâmbulo de sua missiva, entretanto, tratou de instigar o chefe do Executivo contra o comando superior de Passo Fundo e, fazendo proselitismo em causa própria, dizia: "provavelmente já deve constar a V. Ex. que do Corpo provisório da G. N. formado pelos corpos do Superior Comando de Passo Fundo, achando-se a mando do tenente-coronel João de Freitas Noronha, tenha desertado avultado número de praças". Disse mais, que "tão estranhável e desairoso procedimento" não era "filho da falta de patriotismo", pois – seguia argumentando –, "muitos desses desertores têm se apresentado a mim [...], prontos a pegarem em armas" Antes de concluir, ainda fez questão de argumentar sobre a ingratidão com que os seus serviços haviam sido recompensados pelo "Governo do meu país", ao passo que, "o povo destas paragens, porém, premiou-me melhor" – dizia ele – "dedicou-me sua amizade e plena confiança, assim, uma grande popularidade tem sido o único bem que me restou, os outros sacrifiquei à Pátria".⁵¹ Finalmente, destacou:

A Terra de Santa Cruz reclama pela boca do seu Monarca os braços de todos os seus filhos, S. M. I. houve por bem criar os "Corpos de Voluntários da Pátria" e, [...], vejo-me hoje rodeado de prestimosos cidadãos, velhos companheiros de armas, que não pedem, mas sim exigem, lhes reunisse em torno de mim formando um Corpo de Voluntários da Pátria [...], contudo, receito apenas um obstáculo que é a minha pobreza. As reuniões que nos anos de 1851, 1853 e 1858 os Exmos. Srs. Presidentes desta Província me incumbiram têm absorvido toda a minha fortuna, pois ocorreram circunstâncias tão inoportunas que até hoje não tenho sido pago das despesas que fizera [...]. Tornar-se-ia impossível levar a tarefa a um resultado satisfatório sem um auxílio pecuniário do Governo Imperial.⁵²

Nascido por volta de 1787, em 1865 o tenente-coronel Mello Brabo tinha aproximadamente 78 anos de idade. Para além de questões subjetivas menos tangíveis, como o seu alegado patriotismo, fica evidente que a ocasião se apresentou como uma oportunidade

⁵⁰ MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao presidente da província. Soledade, 12 jun. 1865. AHRN. FGN, M. 15. Passo Fundo, p. 1.

⁵¹ *Idem*.

⁵² *Ibidem*, p. 1-2.

concreta de atualizar o seu cabedal militar e, quiçá, reverter a posição secundária à que fora relegado. Essa correspondência chegou ao então presidente da província, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, e foi por ele encaminhada ao Ministro dos Negócios da Justiça.⁵³ Esse trâmite demorou meses. Neste ínterim, a necessidade de recrutamento só aumentava e, em junho daquele ano, o conflito entre o comando superior de Passo Fundo e o tenente-coronel Mello Brabo tomou graves proporções. A despeito de uma disputa de versões, o que parece ter ocorrido é que os desertores se acumulavam na propriedade do tenente-coronel Mello Brabo, talvez na expectativa de marcharem sob o seu comando. Certa feita, uma escolta da Guarda foi então destacada para efetuar o recrutamento de um peão em sua fazenda e o tenente-coronel, acompanhado de alguns apaniguados, reagiu, baleando um cabo de esquadra e fazendo preso um praça, ambos do 4º corpo de cavalaria.⁵⁴

Segundo Mello Brabo, se tratava de um "um insulto que, premeditada, mas imerecidamente, foi atirado a um velho soldado que por mais de 50 anos serviu com dedicação e lealdade à Pátria e ao Monarca".⁵⁵ O tenente-coronel atribuía a autoria daquela ação "de intensões obscuras" ao coronel Camello Júnior, a quem ironicamente caracterizou como "moço de maneiras delicadas, de bastante urbanidade e estimáveis qualidades pessoais, segundo me contam os que conhecem, oficial cuja rapidíssima carreira militar tem feito falar de si nessa província".⁵⁶ Na missiva em que relatava sua versão dos fatos, Mello Brabo reforçou seu discurso das representações anteriores:

Elevado eu ao posto de Oficial Superior e Honorário do Quadro do Exército à custa do meu sangue, fiz depois a triste experiência de que a gratidão de alguns Principais e de alguns Governos se assemelhe às promessas de certos doentes, que são muito sinceras apenas porquanto o mal aperte. Por isso a minha posição militar neste Município devia tornar-se um tanto singular numa época que o Governo do meu país precisa mais dos oficiais bonitos e bem-falantes do que dos rudes, mas leais e experimentados soldados das épocas passadas e logo assim de há anos abster-me de todo o contato com os oficiais de G.N. deste município.⁵⁷

Já o comando superior de Passo Fundo argumentava que, na verdade, toda a confusão estava relacionada ao suposto fato de que o tenente-coronel Mello Brabo acobertava desertores em sua propriedade, fazendo o possível para prejudicar as reuniões na paróquia de Soledade e, não satisfeito, chegara ao ponto de alvejar uma escolta da Guarda Nacional em serviço. Essa celeuma arrastou-se ao longo do ano de 1865 e por boa parte do seguinte.⁵⁸ O quadro só se

⁵³ Ofício a Ângelo Muniz da Silva Ferraz o qual se refere ao pedido feito pelo tenente-coronel honorário Antônio de Mello Bravo para organizar um corpo de voluntários da pátria. 16 mai. 1865. BN. Fundo: Coleção Mário Barreto.

⁵⁴ MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao presidente da província. Soledade, 12 jun. 1865. AHRs. FGN, M. 15. Passo Fundo.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 1.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 2-3v.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 2.

⁵⁸ CAMELLO JÚNIOR, Antonio Mascarenhas. Ofício ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS, 12 jun. 1865. AHRs. FGN. Cx. 7, M. 15. Passo Fundo.

alterou quando a Guerra contra o Paraguai entrou em uma fase delicada, após a derrota de Curupaiti e a retirada de milhares de soldados do exército argentino do *front*, em 1866. Esse momento marcou a decisão de criar o Terceiro Corpo do Exército que, como mostram Izecksohn e Mugge (2016, p. 200), forçou ao extremo a capacidade de extração de recrutas no Rio Grande do Sul, de maneira que “O Terceiro Corpo teve como alvo basicamente os comandos superiores de guardas nacionais, seguindo a tradição e o estilo do recrutamento militar no Rio Grande do Sul. Esses homens foram enviados para a vanguarda no campo de batalha”. Além das redes pessoais dos principais comandantes militares sul-rio-grandenses, também teve participação decisiva na criação do Terceiro Corpo o presidente da província Francisco I. M. Homem de Mello, nomeado em 27 de dezembro de 1866 (*Idem*).

Em fevereiro de 1867, o tenente-coronel Mello Brabo escreveu ao recém-empossado Homem de Mello relatando que, em razão de um convite a ele enviado pelo Barão do Herval, aceitara tomar a dianteira do recrutamento na paróquia de Soledade, iniciativa essa que alegou estar sendo de todas as formas atrapalhada pelo comandante superior interino Francisco Barros de Miranda.⁵⁹ Imediatamente Homem de Mello pediu satisfação ao referido comando superior. Não obstante nova disputa de versões, Homem de Mello houvera sido nomeado, sobretudo, para viabilizar a extração de recrutas, e o comando superior de Passo Fundo já se mostrava sem meios para fazê-lo. Com efeito, aos 30 de abril daquele ano, o tenente-coronel Freitas Noronha informava ao Presidente da Província que havia marchado de Passo Fundo com destino ao Paraguai uma força composta por 183 homens, comandada pelo tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo.⁶⁰

Após o retorno do Paraguai, o tenente-coronel Mello Brabo ainda viveu mais de uma década, falecendo em maio de 1882. Não localizei indícios de que a ida ao Paraguai tenha lhe rendido grandes frutos. Vários dos homens que apoiaram a monarquia nesse tão delicado momento foram retribuídos com títulos de nobreza, especialmente os de barão (Cf.: Vargas, 2010). Não parece ter sido o caso de Mello Brabo. Uma análise, todavia, mais detida dos anos que se seguiram ao final da dita guerra extrapolaria muito os objetivos do presente artigo.

Considerações finais

Nesse estudo, argumentei, inicialmente, que Antonio Joze de Mello Brabo experimentou um processo de mobilidade social ascendente durante a guerra civil Farroupilha. Ancorei esse argumento em vários indícios de que esse indivíduo, que não pertencia à elite econômica do planalto sul-rio-grandense, nem às famílias principais daquela terra, alcançou uma posição com

⁵⁹ MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao Presidente da província. Passo Fundo/RS, 10 fev. 1867. AHRs. FGN. Cx. 7, M. 15. Passo Fundo.

⁶⁰ NORONHA, João de Freitas. Ofício ao presidente da Província. Passo Fundo/RS, 30 abr. 1867. AHRs. FGN, Cx. 7. M. 15. Passo Fundo.

prerrogativas de mando naquela localidade, prestando à Monarquia serviços militares que se reverteram tanto em algum prestígio, quanto em distinções honoríficas.

Em seguida, busquei analisar as práticas que informavam a atuação deste indivíduo e, conseqüentemente, que viabilizaram a sua ascensão. Com efeito, penso que se possa caracterizar essa ascensão social como um processo de mobilidade social conservadora, uma vez que, sustentado em redes pessoais de colaboração e em relações de reciprocidade assimétrica, essa mobilidade reiterava práticas que reforçavam as estruturas hierárquicas daquela sociedade.

Dialogando com estudos sobre as instituições militares no Rio Grande do Sul oitocentista, demonstrei que as práticas que caracterizavam as estratégias acionadas por Antonio Joze de Mello Brabo para acumular “cabedais militares” tinham uma longa trajetória naquele recanto do mundo. Todavia, a fase final da guerra civil – particularmente a partir de meados de 1842, quando as demais rebeliões regenciais já haviam sido suplantadas e o Império pôde concentrar esforços na questão sul-rio-grandense – foi marcada por maior controle e centralização das ações nas instituições militares, restringindo-se a autonomia que os comandantes da Guarda Nacional haviam gozado até então (Cf.: Ribeiro, 2013). Essa política se aprofundou ao longo dos anos subsequentes, embora não pudesse ser imposta pelo centro às elites locais. Nesse sentido, cada vez mais as estruturas sociais exigiam dos aspirantes à elite militar competências que extrapolavam aquelas de cunho estritamente militar. O tenente-coronel Mello Brabo percebeu esse momento como uma “época em que o Governo do meu país precisa mais dos oficiais bonitos e bem-falantes do que dos rudes, mas leais e experimentados soldados das épocas passadas”.⁶¹

Finalmente, a trajetória deste indivíduo lança alguma luz também sobre o fato de que apesar de a Guerra contra o Paraguai (1864-1870) ter sido a principal oportunidade aberta durante o período Imperial para os integrantes da elite militar sul-rio-grandense alcançarem títulos de nobreza, especialmente aqueles comandantes militares que já haviam lutado na defesa do Império na guerra civil (1835-1845) e na guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) (Cf.: Vargas, 2010), nem todos esses homens foram igualmente recompensados. Essa última conclusão, aparentemente óbvia, não o é tanto assim, uma vez que apenas recentemente a historiografia começou a analisar a heterogeneidade deste setor tão paradigmático da elite sul-rio-grandense, formado por homens que detinham “cabedal militar”, leia-se, que eram capazes de influir no recrutamento e de comandar tropas nos campos de batalha.⁶²

⁶¹ MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao presidente da província. Soledade, 12 jun. 1865. AHRS. FGN, M. 15. Passo Fundo, p. 2.

⁶² Como observa Luís A. Farinatti a respeito da historiografia sobre a formação da aristocracia na fronteira meridional da América Lusa: “ganha destaque a associação entre latifundiários e oficiais militares ou milicianos, na figura do ‘estancieiro-militar’, mas é menos frequente que se interroge sobre as formas concretas dessa combinação e sobre os significados sociais específicos dos postos ligados à atividade guerreira” (2012, p. 295).

Referências

Fontes

Arquivo Arquidiocesano de Curitiba

AAC. Vila do Príncipe (Balsa Nova/Lapa). Livro de casamentos n. 2, f. 179. Registro de casamento entre o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo e Anna Joaquina Soares, 09 jun. 1840.

Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

ACMPOA. Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre. Livro de óbito de pessoas livres (1844-1859), f. 4. Registro de óbito de Anna Joaquina de Mello, 22 nov. 1844.

ACMPOA. Freguesia de Nossa Senhor Madre de Deus (Porto Alegre). Livro IV de Óbitos (1821-1858), f.14v. Registro de óbito de Joaquina de Mello, 24 out. 1841.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AHRS. Códice: CV-5359. Publicado nos anais do AHRS (Anais do AHRS), vol. 10, 1991, p. 26-27. LABATUT, Pierre. Ofício ao general João Paulo dos Santos Barreto, comandante-em-chefe do Exército em operação na Província de São Pedro. Quartel-general do comando da Divisão Paulista, no Ouro Fino, 27 dez. 1840.

AHRS. CV - 5624. Anais do AHRS, vol. 10, 1991, p. 184-185. LABATUT, Pierre. Ofício encaminhado ao presidente da província Sr. Francisco Álvares Machado. Porto Alegre, 09 jan. 1841.

AHRS. CV - 2741. Anais do AHRS, vol. 4, 1980, p. 457. MELLO BRABO, Antonio Joze. Ofício ao brigadeiro Antônio Correia Seara, comandante das forças em operação. Acampamento no Depósito, 25 jun. 1842.

AHRS. CV-10.217. Anais do AHRS, vol. 24, São Leopoldo: Oikos, 2020, p. 191. MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao coronel João da Silva Tavares, comandante interino da 1ª e 2ª Divisões do Exército em operação na província de São Pedro, 18 jul. 1842.

AHRS. CV-2744. Anais do AHRS, vol. 4, 1980, p. 460. MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao brigadeiro José Maria da Silva Bittencourt, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Acampamento no Depósito de Botucarái, 24 ago. 1842.

AHRS. Anais do AHRS. CV-6320, vol. 13, 2004, p. 101. NETTO, Antonio. Ofício ao gal. João Antônio da Silveira, Chefe do Estado Maior. Quartel general no Salso, 03 mar. 1843.

AHRS. CV-7305. Anais do AHRS, vol. 16. EDIPUCRS, 2009, p. 225-226. PILLAR, Vidal José. Ofício ao marechal Conde de Rio Pardo, comandante-em-chefe do Exército em operações na província de São Pedro. Fazenda do Bahú no município da vila de Cruz Alta, 02 ago. 1841.

AHRS. CV-7757. Anais do AHRS, vol. 18, EDIPUCRS, 2009, p. 53-54. RIBEIRO, Bento Manoel. Correspondência encaminhada a Domingos José de Almeida. Cruz Alta, 26 jan. 1840.

AHRS. CV-7897. Anais do AHRS, vol. 18, EDIPUCRS, 2009, p. 153. ROCHA, Francisco Jozé. Ofício ao major Bernardo Pires, 21 mar. 1844.

AHRS. Fundo: Guarda Nacional (FGN), M. 15. Passo Fundo. CAMELLO JÚNIOR, Antonio de Mascarenhas. Ofício ao presidente da província. Passo Fundo, 15 dez. 1860.

AHRS. FGN, M. 15. Passo Fundo. CAMELLO JÚNIOR, Antonio de Mascarenhas. Ofício ao presidente da província. Passo Fundo, 24 dez. 1860.

AHRS. FGN, M. 15. Passo Fundo. MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao presidente da província. Soledade, 12 jun. 1865.

AHRS. FGN. Cx. 7, M. 15. Passo Fundo. CAMELLO JÚNIOR, Antonio Mascarenhas. Ofício ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS, 12 jun. 1865.

AHRS. FGN. Cx. 7, M. 15. Passo Fundo. MELLO BRABO, Antonio Joze de. Ofício ao Presidente da província. Passo Fundo/RS, 10 fev. 1867.

AHRS. FGN, Cx. 7. M. 15. Passo Fundo. NORONHA, João de Freitas. Ofício ao presidente da Província. Passo Fundo/RS, 30 abr. 1867.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

ANRJ. Fundo: Ordens Honoríficas. BR RJANRIO 69. CAI.ORO.7890049. Decreto agraciando com o grau de hábito a Antonio Joze de Mello Brabo entre outros, Rio de Janeiro, 02 dez. 1841.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

APERS. Cível e Crime de Cruz Alta. N. 703. Libelo em que é autor o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo, 1854.

APERS. Cível e Crime, Cruz Alta. N. 699, p. 24-25v. Libelo em que é autor Antonio Rodrigues Chaves Filho, 1855.

APERS. Tabelionato de Rio Pardo. 1º Tabelionato. Transmissão/Notas. Livro 8 (1832-1845), f. 175-182v. Escritura pública de venda de uma sesmaria que faz D. Úrsula Correia da Camara ao Ten. Cel. Antonio Joze de Mello Brabo, Rio Pardo, 1844.

APERS. Cruz Alta, N. 26. Inventário *post-mortem* de Anna Joaquina de Mello, Comarca de Missões, 1844.

APERS. 2º Tabelionato de Rio Pardo. Registros Diversos. Livro nº 12 (1834-1843), f. 67-67v. Registro de um documento do capitão Manoel Antonio de Camargo. Rio Pardo, 1841.

Biblioteca Nacional Digital Brasileira

BNDB. Hemeroteca Digital (HD). *Correio do sul*, Porto Alegre, Ano VII, n. 279, 25 dez. 1858, p. 1. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/DesktopModules/alrsPesquisaDocumental/VisualizarDocumento.aspx?nrNaLista=2&Tab=2>. Acesso em: 27 mar. 2022.

BNDB. HD. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n. 162, 23 jul. 1839, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=%22mello%20bravo%22&pasta=ano%20183&pagfis=21917. Acesso em: 06 fev. 2023.

BNDB. HD. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, n. 231, 11 set. 1841, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03&pesq=mello+brabo&pasta=ano%20184&pagfis=2299. Acesso em: 6 fev. 2023.

BNDB. HD. *O Despertador Comercial e Político*. Rio de Janeiro, n. 558, 05 fev. 1840, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706701x&Pesq=%22mello%20bravo%22&pagfis=2315>. Acesso em: 6 fev. 2023.

BNDB. Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) - 1830 a 1889 (RPPRS). GALVÃO, Manoel Antonio. Relatório do Senador Conselheiro Presidente da Província, 05 out. 1847. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>. Acesso em: 7 fev. 2023.

BNDB. RPPRS. COELHO, Jeronymo Francisco. Relatório do Presidente da Província, 15 dez. 1856. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>. Acesso em: 7 fev. 2023.

Bibliografia

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. As famílias de povoadores em áreas de fronteira da capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Rev. Bras. de Estudos de População*, v. 13, n. 3, p. 549-565, set.-dez. 2017.

BASTOS NETO, Ernesto Pereira. *O Brabo e a Borboleta: A trajetória de Antonio Joze de Mello Brabo, um militar paulista no planalto sul-rio-grandense*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS), 2022.

CAVALARI, Rossano. V. *A gênese de Cruz Alta*. Cruz Alta, RS: Unicruz, 2004.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2010a.

FARINATTI, Luís A. Ebling. Cabedais militares: os recursos sociais dos potentados da fronteira meridional (1801-1845). In: POSSAMAI, Paulo César (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas, RS: Ed. UFPel, 2010.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835). *História Unisinos*, v. 16, n. 3, p. 294-306, set.-dez. 2012.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o Como: Troca desigual e mercado Historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

IZECKSOHN, Vitor; MUGGE, Miquéias H. A criação do Terceiro Corpo do Exército na província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867). *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 73, p. 183-207, 2016.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

MIGLIORANZA, Cristiane I. Vernes. *O coronel e os prelos: relações entre imprensa e poder em Passo Fundo*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo (RS), 2008.

MUGGE, Miquéias Henrique. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873)*. 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, Leandro Rosa de. *Nas veredas do Império: guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde do Serro Alegre (Rio Grande do Sul, c. 1790-c. 1870)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)*. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2005.

RIBEIRO, José Iran. O fortalecimento do Estado Imperial através do recrutamento militar no contexto da Guerra dos Farrapos. *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 62, p. 251-271, 2011.

RIBEIRO, José Iran. *O Império e as revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do exército imperial no contexto da Guerra do Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

RIBEIRO, José. I.; FARINATTI, Luís A. E. Interesses em disputa: a criação da Guarda Nacional numa localidade de fronteira (Alegrete, Rio Grande do Sul). In: MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano. *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil. Século XIX*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2013.

RIBEIRO, José Iran. *As "Surpresas" Chico Pedro, as astúcias de Moringue: Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2021.

RODRIGUES, Geraldo. *Araçoiaba da Serra: esconderijo do sol*. São Paulo: Noovha América, 2007.

SILVA, Maria B. N. da et al. (Orgs.). *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: ERUS, 1979.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VARGAS, Jonas M. *Entre a paróquia e a Corte: Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2010.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As Redes Clientelares. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Estampa, 1993.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)*. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 1997.